

G3R00554

14 a 20 de Abril

Semana do Índio

ANAIS — ABRIL — 86

Neste mês, vamos celebrar a Semana do Índio. Por isso, fizemos uma entrevista com o companheiro Ailton Krenak, da União das Nações Indígenas. Ailton, da tribo dos Krenak, fala do seu povo, da sua gente, com toda a garra, com todo seu sangue. Ele nos contará um pouco da sua vida e da sua militância na luta dos Povos Indígenas. "Na verdade estou nesta luta desde que nasci".

Depois, nos falará da realidade do Índio. Da sua fé, sua cultura, seus costumes, seu convívio com a natureza. Mostrará a situação dos seus territórios, a urgência da demarcação, assim como da garantia desses territórios. Ele nos mostrará como os Índios estão vendo a chamada "Nova República". Falará das suas esperanças, suas conquistas e os conflitos que enfrentam com a invasão dos seus territórios por fazendeiros, mineradores e os projetos do governo. Abordará os conflitos com a própria FUNAI, a qual ele chama de "agência de colonização", e os temores que os Índios sentem com a elaboração da NOVA CONSTITUIÇÃO.

Ailton nos fala da Igreja que hoje tem se comprometido cada vez mais com a luta dos povos indígenas, mas também nos alerta que assim como no passado, existem hoje setores da Igreja comprometidos com a dominação.

Ele nos falará sobre a Semana do Índio. Como nasceu, quais os objetivos desta semana, e qual o programa para este ano.

Este grande lutador, na defesa dos Índios, com sua palavra profética, nos chama a atenção de que "nós temos que nos juntar numa luta para fazer o Estado respeitar o nosso direito". O direito do trabalhador do campo, da cidade e dos Índios.

Por fim, gostaríamos de fazer uma homenagem aos companheiros indígenas, que derramaram seu sangue nos rios, nas terras, nas matas em defesa de seus direitos. E aproveitamos para exigir da chamada "Nova República" um real compromisso com a demarcação e a garantia dos territórios dos povos indígenas.

Que esta entrevista, de fundamental importância para nós, pois ouviremos falar da realidade do Índio, pelo próprio Índio e não pelo Branco, seja uma oportunidade para conhecermos melhor a vida destes povos e nos comprometemos com suas lutas, esperanças e sofrimentos.

QUEM É AILTON KRENAK?

Eu sou filho de uma pequena nação. Nação Krenak que habita na região do Vale do Rio Doce, divisa de Minas com Espírito Santo. O Povo Krenak está resumido hoje em um grupo muito pequeno (150 pessoas) que sofreu um processo de integração, massacre cultural bastante violento, que resultou em muitos casos, na perda da terra, da tradição cultural, perda de grande parte do patrimônio que constitui a nação Krenak. Mas continua lutando para ter garantido um território e reconstituir sua identidade.

A nação Krenak está com seu povo quase todo no exílio, porque o seu território que foi demarcado em 1922 pelo Serviço de Proteção ao Índio, na década seguinte 1935/36 foi totalmente arrendado e invadido pelos fazendeiros do Vale do Rio Doce. Foi totalmente destruído e cortado por uma estrada de ferro da Cia. Mineradora Vale do Rio Doce que na extração de minérios naquela região causou um dano incalculável ao Povo Krenak.

A minha participação hoje à frente do movimento indígena é decorrência disso, de pertencer a um povo que sofreu muito, que foi aprendendo o que é a civilização, que já conseguiu apreender um pouco o que significa o poder do Estado, o capitalismo, a violência, a propriedade, esse jogo que é feito com o dinheiro, na brutalização das vidas humanas. Esta nossa luta dentro do movimento indígena é numa perspectiva que vai além da garantia dos territórios, é no sentido de garantir o direito dos Povos Indígenas, de viver com a comunidade brasileira uma sociedade democrática e livre.

Eu estou nesta luta, na verdade, desde que nasci. Eu estive nela de forma diferente. Eu estive como sujeito ativo a partir do momento que entendi que pertencio a um povo, que é diferenciado da comunidade nacional, que a nossa realidade foi suprimida e que eu não podia existir como alguém, sem consciência do meu povo Krenak, e numa perspectiva mais ampla do povo indígena. Nós somos 180 nações indígenas remanescentes, hoje 720 povos indígenas foram exterminados no Brasil. É com consciência desse extermínio que procuro agir junto com os companheiros, junto com as outras comunidades indígenas diante dessa realidade nacional que nós vivemos.

92% das terras indígenas se encontra grilada, invadida por fazendeiros, mineradores, ou por projetos de governo.

1 — ANAIS. — Qual o total da população indígena, atualmente, no Brasil?

AILTON — Existe uma estatística do governo, estatística oficial que estima a população indígena em 300 mil pessoas. Esta estatística não é da União das Nações Indígenas, mas da Funai. Sabemos, que na maioria das vezes os órgãos do governo manipulam as estatísticas em função de interesses próprios, do Estado. No caso das populações indígenas, a afirmativa de que somos poucos, permite, por exemplo, ao governo manter as terras disponíveis, sujeitas aos programas de colonização.

A nossa estimativa, embora não tenhamos condições ainda de sistematizar essas informações, realmente levantar um perfil da população indígena, é de que representemos 1% da população brasileira. E, se a base de cálculo é 1% seremos 1 milhão e 300 mil índios. Pois, na nossa visão, índios são todos os povos remanescentes. Todos aqueles de origem pré-colombiana, antes do branco chegar aqui.

Para o governo, índio é o que está no matto. Então as populações do nordeste, que já perderam a terra, que já sofreram a descaracterização cultural violenta, o Estado brasileiro considera estas populações como integradas, considera-as populações brasileiras. Chamamos de caboclos. No Piauí, pelas estatísticas do governo, não há nenhum índio. Na visão do movimento indígena 90% da população do Piauí é constituída de índios. Índios que perderam suas terras, que foram marginalizados de qualquer processo social ou econômico, e transformados em semi-escravos dos grandes latifúndios e dos fazendeiros.

2 — ANAIS — Quanto à questão da terra, qual a reivindicação dos índios atualmente?

AILTON — Em relação à terra, a reivindicação principal é a demarcação das terras. O reconhecimento pelo Estado do direito que estas populações têm à terra. A garantia efetiva destes territórios para as populações indígenas. A terra para o índio tem um significado diferente do que ela tem para o fazendeiro, ou até mesmo para o agricultor. Para o colono, a terra é o lugar onde ele vai tirar o alimento, criar sua família. Para o homem branco a terra é um bem. Um patrimônio. Para o índio ela é sagrada. Da terra vem a fé que ele tem em Deus, de onde vem a espiritualidade. Do contato com a terra, com os rios, com os animais é que ele reelabora a sua visão cósmica, universal, mítica e espiritual com Deus, com o universo.

Eu não consigo imaginar a existência de uma pequena comunidade indígena, ou de um grande povo indígena sem a terra. Vejo a existência do povo indígena e a garantia da terra, com uma relação incondicional para que ele sobreviva.

Se uma determinada comunidade não indígena é expropriada da sua terra, ela sofre, passa por privações, por miséria, pobreza, mas a sua língua, seus costumes, sua cultura não será atingida violentamente. No caso de um grupo indígena, ou seja, uma tribo que só fala a língua própria, ser expropriado da sua terra, a consequência imediata será a perda da língua. A segunda, a perda da tradição cultural. A terceira, será que ele não conseguirá mais elaborar sua relação com Deus, com o universo.

Para o índio a terra é sagrada. Da terra vem a fé que ele tem em Deus de onde vem a sua espiritualidade.

Aldéia dos Índios Suruí - Rondônia

E, depois as consequências materiais como a pobreza, a fome, a marginalização, isso já é um desdobraimento. Como efeito imediato, será a perda da sua unidade, da sua coesão.

3 — ANAIS — Qual a porcentagem de terras reivindicadas pelos índios em comparação com o total das terras existentes no Brasil?

AILTON — Na verdade, esta discussão da terra indígena dentro do conjunto das terras do Brasil, é complicada, porque é fundamental entender o significado da terra para o índio. Considerando esta especificidade do território indígena, tem sentido saber o percentual. Normalmente os fazendeiros nos acusam de querer muitas terras para poucos índios. Mas, eles não entendem que um grupo indígena não é uma família, não é um fazendeiro. Uma comunidade indígena é um Povo, uma nação. Do conjunto das terras brasileiras, os índios reivindicam, uma parcela de aproximadamente 6%. O conjunto de todos os territórios indígenas demarcados significariam 6%. Um fazendeiro, se tiver 5% ou 6% das terras indígenas, isto é muito grave, porque é uma pessoa com poder. Mas, uma comunidade, uma nação indígena tendo um território, e o conjunto desses territórios somarem em torno de 6% do território nacional, não significa nenhum aviltamento do uso da terra porque aquele povo usa a terra de forma diferente.

4 — ANAIS — Qual o total de áreas demarcadas?

AILTON — Desse total de 6% do território nacional, 92% está em situação irregular, que comporta terras invadidas, terras não demarcadas, terras demarcadas mas invadidas, terras que foram demarcadas, mas sobre as quais pesaram projetos do governo; como hi-

droelétricas, ferrovias, hidrovias, rodovias, programas de colonização e mineradoras. Então, apenas 8% de todas as terras se encontra em situação regular. O restante 92% está invadido, grilado, ou com programas de governo sobre suas áreas, como, Carajás, Tucuruí, Polo Noroeste, que são projetos com a consequência de invasão do território indígena.

De todas as terras demarcadas pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, a FUNAI, que foi criada em 1967, teve que rever todos os processos de demarcação, porque na sua maioria eram inválidos. O processo da terra dos Pataxós, no Sul da Bahia, demarcada em 1936 foi invalidado. O processo da terra dos Krenak, demarcada em 1922, foi invalidado. E, as terras demarcadas na década de 70 a 80, muitas delas, também se encontram em estado de invasão. Então, a demarcação das terras indígenas não termina o processo. O demarcar a terra, nem sempre significa garantir esta terra. Significa muitas vezes, um procedimento administrativo, um documento que demarcou esta terra. Mas a efetiva ocupação do território por aqueles índios e a garantia daquela terra para aquela comunidade, implica muito mais que isso. Implica numa vontade política do governo em realizar realmente a demarcação das terras e garantir a ocupação das terras. É isso que nós reivindicamos. Não basta demarcar o território indígena, é necessário criar condições políticas para que realmente esse território seja garantido para esse povo. O conflito dos índios Kainang, em Santa Catarina envolvendo colonos, mostra a gravidade da situação. Existem milhões de famílias sem terra no país. Demarcar uma área indígena é deixar milhões de famílias sem terra. Com isso, você está criando uma situação de isolamento dos índios cujas terras se tornam objeto de invasão, e os índios se tornam objeto do ódio e da discrí-

ANAIS — ABRIL — 86

minação dos outros setores da sociedade brasileira que não foram contemplados. Então, nós exigimos junto com a demarcação das terras indígenas, uma reforma agrária ampla que contemple milhões de famílias sem terra. É a única solução para que os índios possam viver em paz. Agora, a reforma agrária não deve ser feita dentro dos territórios indígenas. A reforma agrária terá que ser feita dentro do latifúndio. O latifúndio joga o colono dentro do território indígena. O latifúndio é muitas vezes o invasor do território do índio. Nenhum colono vai escolher entre invadir uma terra indígena e invadir uma fazenda, não vai escolher a fazenda. Porque a fazenda tem jagunço, segurança. Se uma família sem terra invadir uma fazenda, no outro dia ela é retirada sob pancada, pela polícia. O fazendeiro entra com ação contra ela. Agora, a comunidade indígena, neste quadro, entra como a parte mais desprotegida, e fatalmente ela terá suas terras invadidas.

5 — ANAIS — Qual o problema fundamental que os povos indígenas enfrentam hoje?

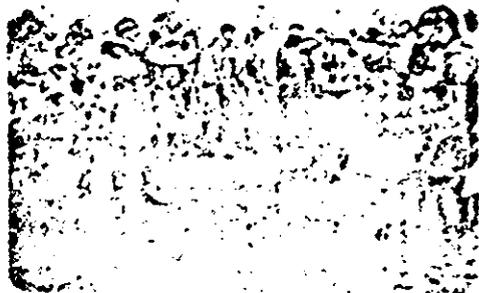
AILTON — A matéria de maior conflito e que necessita uma maior urgência, é o problema da terra. Porque a partir do momento em que se regular a situação da terra, as comunidades indígenas terão condições de reelaborar a sua vida, de construir uma economia. O que nós defendemos é um desenvolvimento em separado, um desenvolvimento diferenciado das comunidades indígenas. Isto significa, que nós não queremos que se demarque o território e que nossos povos fiquem alheios a tudo que acontece no território nacional, mas que se demarquem os territórios indígenas e que se criem condições às comunidades indígenas de buscarem o seu desenvolvimento "em separado" da comunidade nacional, diferenciado e não separado. Isto não quer dizer, que você vai transformar territórios indígenas em fazendas prósperas, mas que você vai garantir o direito daquelas comunidades de escolherem como querem se desenvolver. Desenvolver-se na área da saúde, da educação, da economia, porque isso significa integrar as comunidades indígenas ao conjunto da comunidade nacional, mas guardando a sua diferença, respeitando a sua diferença, a sua identidade cultural, a sua estrutura. Não transformá-los em bóias-frias ou fazendeiros. Não queremos uma coisa "hém outra", mas que seja garantido o direito dessas comunidades, de planejar e desenvolver suas vidas de acordo com sua cultura, com sua tradição.

6 — ANAIS — De 14 a 20 de abril, será celebrada a SEMANA DO INDIO, cujo tema será "TERRA DOS ÍNDIOS, DIREITO SAGRADO". Qual o objetivo desta semana? E qual a programação para este ano?

AILTON — A história da semana do índio foi instituída num congresso de americanistas, no México, na década de 50. A semana do índio é igual à semana da árvore. Comemoramos alguma coisa, como que alheio à sua própria luta. O movimento indígena passou a ver esta semana, como alguma coisa de que nós devíamos nos apropriar, tomar conta e que fosse realmente a semana do índio. E que não seja a semana da demagogia do estado, das instituições em relação às populações indígenas. Então, nós nos apropriamos da semana do índio e temos buscado apresentar nesta semana, atos de protesto, de solidariedade, atos culturais, onde a população brasileira possa estar junto com os índios que vivem em reservas, em separado, que vivem como se fosse num zoológico, que vivem como se fosse em verdadeiros campos de concentração.

A gente tenta arrancar dos campos de concentração, nesta semana, a este povo que tem uma história terrível, pra que ele possa se encontrar com seus irmãos brasileiros e manifestar sua dor e sua expectativa. Pra que ele possa contar o que ele pensa da vida, o que ele deseja, mostrar a sua música, seu desenho, seu pensamento. Contar como é sua religião e sua história. Na verdade nós estamos transformando a semana do índio, numa semana de confraternização, de solidariedade entre o povo indígena e os brasileiros. Nesta semana do índio, que pretendemos realizar em São Paulo, no Centro Cultural Vergueiro, vamos fazer uma mostra de filmes, de vídeos, de cantos, e onde virão grupos indígenas mostrar seus rituais. Estaremos mostrando um painel sobre a situação das terras indígenas e queremos que esta semana seja uma semana de solidariedade do povo brasileiro com o povo indígena. E queremos que muita gente estivesse conosco e que desse uma chegada lá.

OBS.: No próximo mês continuaremos publicando esta entrevista.



É preciso que seja garantido o direito dos povos indígenas, de planejar e desenvolver suas vidas de acordo com sua cultura e sua tradição.

“A Funai é uma Agência do Governo que Age Contra as Populações Indígenas”

(Continuação da entrevista com
Ailton Krenak)

ANAIS — A chamada “Nova República” tem-se mostrado interessada em resolver o problema do Índio?

AILTON — Na verdade, para nós, esta questão de “Nova República” nunca existiu. Isto existe pra republicanos. O Povo indígena tem uma estrutura social diferente, uma realidade diferente. O que nós pleiteamos é uma sociedade justa e igualitária, onde todos os Povos tenham acesso à riqueza. E a república não supõe isso. A república continua supondo uns mandando nos outros. Um governo eleito por alguns mandando nos outros. A sociedade indígena supõe um governo de todos não mandando em ninguém. Um governo de todos trabalhando para todos. Uma sociedade onde todos sejam iguais. E os republicanos não pensam assim. Então a “Nova República” ou Velha República, a descaracterização do direito, o aviltamento do direito do ser humano. Nós não somos republicanos. As sociedades igualitárias. Os republicanos derrubaram o sistema de reis que existia no Brasil e implantaram um outro sistema de reis com o nome de “República”.

ANAIS — A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é um órgão do governo que neste momento político está a serviço da “Nova República”. Qual tem sido o papel da FUNAI com relação aos Índios?

AILTON — Acho, que é importante entender a Funai como agência de colonização. Sua estrutura é semelhante àquelas antigas agências de colonização que a França e a Inglaterra mantiveram, na África e Ásia até à década de 60. E, que só parou com isso, diante das revoluções, das guerras de libertação dos Povos da África e Ásia. Na América, Europa, Espanha e Portugal foram construídas agências de colonização, que deram no que deram. A Funai é uma agência de colonização com todos os vícios, com todos os preconceitos, com toda a pretensão de dominar e de civilizar as nações indígenas. Daí que nós lutamos contra a Funai, principalmente

pelo fato de se originar a partir do pensamento do colonizador. Ela, não é um órgão do governo a serviço das populações indígenas. É uma agência do governo que age contra as sociedades indígenas. Ela nasceu a partir do momento que o governo brasileiro decidiu ocupar a Amazônia, ocupar as chamadas “regiões vazias” ou “zonas vazias” do território nacional. A Funai supõe, pois, assim como o Ministério do Interior, que o território indígena é uma área disponível para os projetos de colonização e desenvolvimento. E, nós, dizemos que os territórios indígenas são solos sagrados do nosso Povo. Nós só seremos felizes a partir do momento que tivermos enterrado o último presidente da Funai.

ANAIS — Além do problema da terra, quais os outros problemas que os índios, enfrentam?

AILTON — Além da questão do território, as nações indígenas enfrentam uma situação de extrema violência no campo. Com o anúncio da campanha pela reforma agrária, que o governo não teve competência para aplicar, nem o plano tímido que a "Nova República" ensaiou, os fazendeiros se armaram, armaram milícias, e a imprensa nacional tem mostrado isso: a arrogância dos fazendeiros. Eles estão lançando suas milícias contra as comunidades indígenas e principalmente fazendo uma espécie de caçada humana contra as lideranças indígenas, como também contra as lideranças dos demais trabalhadores rurais, os quais estão com sua cabeça a prêmio. Esses fazendeiros agindo contra a lei, contra todo o princípio de legalidade, tem-se arvorado em polícia. Os jagunços dos fazendeiros portam metralhadoras e rifles e o governo brasileiro tem feito vista grossa. A federação dos fazendeiros tem feito leilão na região Centro-Oeste do Brasil, o que é anunciado no rádio e televisão, para levantar fundos para armar os seus jagunços. Por que o governo brasileiro não decreta uma intervenção nestas fazendas, não desarma esses homens e não prende esses fazendeiros? O governo brasileiro é tímido e está comprometido com o interesse dos fazendeiros. Nós, não podemos esquecer que o homem que está à frente da República do Brasil, que é o Presidente Sarney, construiu a sua história e suas riquezas em cima da miséria de um Povo, em cima da ignorância e em cima, sobretudo, dos territórios indígenas do Maranhão.

As áreas indígenas do Maranhão tem uma história longa de conflito com as famílias que construíram e dominaram a riqueza daquele território e das quais, o Sarney faz parte. O Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto está comprometido com os fazendeiros e as mineradoras, e com os grandes projetos. É ele que indica o presidente da Funai. Qual a esperança que os índios podem ter diante desse quadro? Outros problemas, que são consequência disso, são a saúde, o atendimento na área de educação, na área de sobrevivência imediata destas comunidades ligadas aos projetos agrícolas, os quais estão todos abandonados. Não há recurso para is-

so. Há pouco tempo atrás, o presidente da Funai pediu demissão e ele mesmo veio a público declarando que nos últimos dois meses à frente da Funai, ele não conseguiu fazer nada em benefício dos índios. Ele deveria responder no tribunal, porque consumiu um orçamento enorme e agora vem a público dizer que não pôde fazer nada. Que competência tem ele para continuar à frente da Funai? Que competência o Ministro do Interior tem para permanecer à frente do Ministério do Interior se este homem não fez nada. Então o que nós vemos, pois, no Brasil, é uma situação de ilegalidade. Somos de uma situação de arbitrio, de ditadura, para uma situação de ilegalidade e de abuso. E as populações indígenas estão pagando com a vida.

ANAIS — A perda da sua religiosidade, da sua cultura e da sua identidade são outros problemas decorrentes da questão da terra?

AILTON — A questão da religião para as populações indígenas só pode ser compreendida se ela for vista com um dado cultural. Dentro da tradição dos povos indígenas a religião tem um papel fundamental: o de fazer a unidade do nosso Povo e de construir na luta a nossa história. O Povo indígena vive religiosamente. A religião é algo que está presente em cada instante da vida desse Povo. A história do nosso Povo é a história do nosso nascimento, da nossa existência, isto é a nossa religião.

ANAIS — As terras indígenas são áreas bastante férteis e por isso são cobiçadas pelo capital nacional e transnacional, invadidas por mineradoras e fazendeiros. Atualmente, quais as áreas que foram invadidas e que estão em conflitos?

AILTON — Se a gente fosse mapear as áreas de interesses das multinacionais, das mineradoras e mesmo dos fazendeiros, nós teríamos um quadro terrível, justamente pela fragilidade que o território indígena representa, em relação com outras terras que são propriedades particulares. Os territórios indígenas são vistos como uma espécie de terra de ninguém, que qualquer um sacana pode invadir. Se fôssemos mapear, encontraríamos desde o Rio Negro, região dos índios Tukanos, Dessana, Twiuca, ao Solimões dos índios tikuno, áreas onde as mineradoras estão investindo com toda ganância. Teríamos a área dos índios Waiampi no território do Amapá que as mineradoras estão invadindo, impossibilitando qualquer proposta de demarcação. E as áreas dos índios que estão na faixa do grande Carajás, de onde comunidades inteiras foram transferidas para que se viabilizasse este projeto. Os índios Parakawã foram arrancados do seu território e foram transferidos para outra área de conflito com trabalhadores rurais e outros colonos, como se não existisse nenhuma história entre eles e aquele território. Como se a terra deles não fosse sagrada. Os índios Pataxós, no Sul da Bahia, estão resistindo, morrendo, lutando para demarcar 36 mil hectares de terra que os fazendeiros cacauicultores, do Sul da Bahia, invadiram nos fins da década de 40.

ANAIS — Diante desta situação de extrema violência de que o índio é vítima, qual tem sido o nível de resistência e de organização das nações indígenas?

AILTON — O nível de organização dos índios, diante desta brutalidade, é pequena, porque a única organização que temos é a UNI (União das Nações Indígenas). Não temos Parlamento, Políticos, Senadores, e Ministros. As multinacionais, as mineradoras, os fazendeiros têm todos esses homens a seu serviço. Nós não enfrentamos um inimigo pequeno, mas um inimigo enorme. É com uma organização indígena frágil e nova, com 5 anos de existência que nós estamos tentando fazer frente a todo esse avanço do capital.

A União das Nações Indígenas está organizada na forma de Conselhos. Conselhos tribais, Conselhos regionais e as Coordenadorias do movimento indígena que luta a despeito de não ter nenhum recurso. Com grandes dificuldades, mas com garra, luta para fazer o nosso direito. Em determinados momentos a gente consegue algumas pequenas vitórias, mas é uma luta muito grande.